Aumento da dívida do SNS com este Governo

8 Abril, 2025



Além do aumento da dívida, o estudo do Economista Eugénio Rosa demonstra ainda que aumentou o número de utentes sem médico de família e o de utentes que ultrapassaram os tempos máximos de resposta garantida.

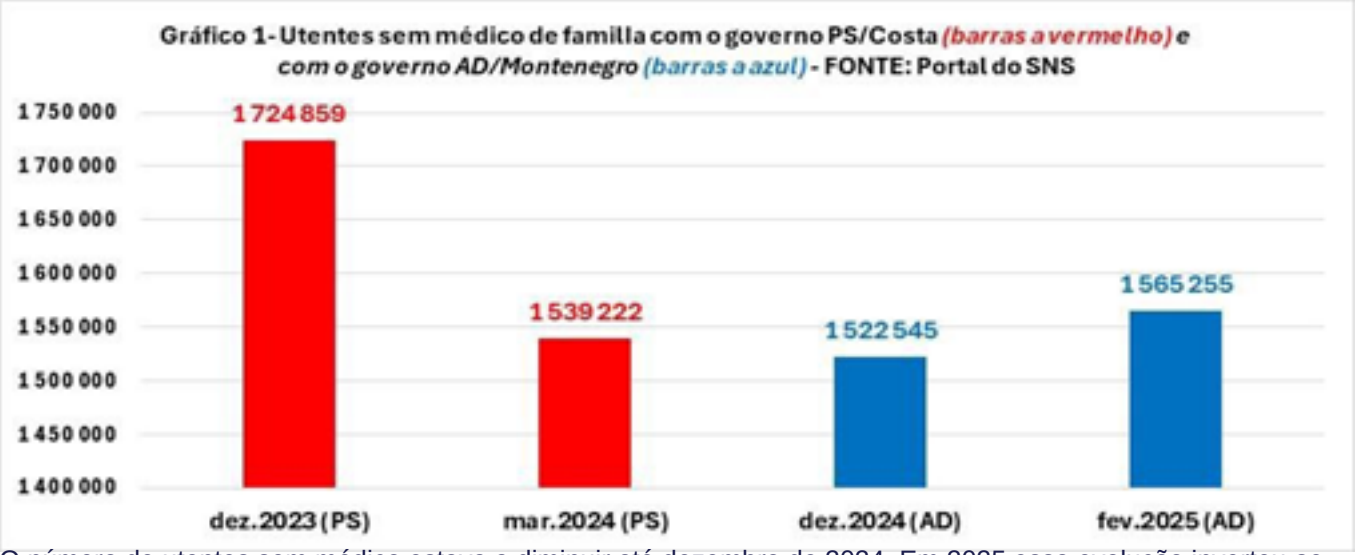
É preciso que Luís Montenegro e Ana Paula Martins prestem contas aos eleitores da degradação que estão a causar no SNS para justificar a entrega de serviços e hospitais a privados

No Conselho Nacional do PSD, o recandidato a Primeiro-Ministro, Luís Montenegro garantiu que o governo iria ***"prestar contas*** do que fez".

Exigimos que o faça em relação ao SNS já que as opções do governo traduziram-se no aumento das dificuldades no acesso a cuidados de saúde.

O número de utentes sem médico de família aumentou com este Governo.

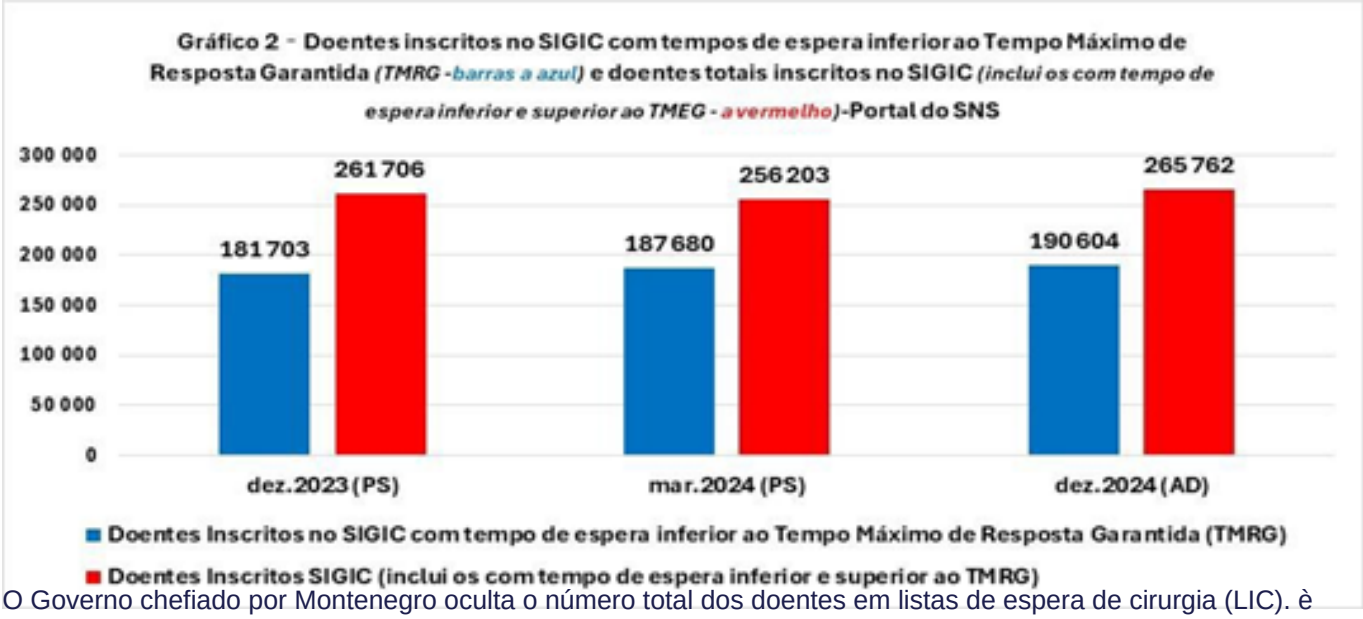
O gráfico 1 (últimos dados oficiais disponíveis), mostra a evolução do número de utentes sem médico de família



O número de utentes sem médico estava a diminuir até dezembro de 2024. Em 2025 essa evolução inverteu-se (apesar das promessas), tendo em fevereiro de 2025 aumentado para 1 565 255, como revela o gráfico 1 construído com os dados divulgados no Portal do SNS.

As cirurgias por realizar não diminuíram ao contrário do que afirma o Governo

Também em relação às cirurgias por realizar, os números oficiais desmentem as afirmações de Luís Montenegro e da ministra Ana Paula Martins, como revela o gráfico 2, com dados do Portal do SNS.



O Governo chefiado por Montenegro oculta o número total dos doentes em listas de espera de cirurgia (LIC). è grve o que se verifica nesta área com consequências dramáticas para os doentes que esperam meses por uma cirurgia aumentando a gravidade da situação clinica e, consequentemente, a taxa de mortalidade.

Tendo em conta os dados dos doentes inscritos no **SIGIC** (**Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia)** à espera de uma cirurgia, conclui-se (gráfico 2) que a partir de março de 2024, com o governo AD, o número de doentes inscritos no SIGIC, **com tempos de espera inferior ou superior** ao Tempo Máximo de Resposta Garantida (TMRG) aumentou.

O estrangulamento financeiro do SNS continuou com o governo de Luís Montenegro. Fica explicado o excedente orçamental de 0,7% do PIB.

Este quadro, com a execução orçamental em 2024 *(dados da DGO do Ministério das Finanças)* mostra o registado em 2024

Quadro 2 – O Orçamento do SNS aprovado para 2024 e o que foi executado *(Recebimentos – Pagamentos)*

O Orçamento do Estado para 2024 estabelecia a transferência de 14 418,7 milhões de euros para as "despesas correntes". O Governo transferiu apenas 13 937,9 milhões, ou seja, **menos 480,8 milhões de euros**.

Na rubrica "receitas de capital", o Orçamento do Estado estabelecia a transferência de 536,5 milhões de euros para o SNS, mas o governo transferiu apenas 128,9 milhões de euros, ou seja**, menos 434,6 milhões de euros**.

Somando os dois cortes conclui-se que, em 2024, o SNS recebeu menos 913,4 milhões de euros do aprovado na Assembleia da República, o que contribuiu com 45,6% do excedente orçamental em 2024.

Na rubrica "Remunerações certas e permanentes" o gasto com os trabalhadores foi apenas de 176,7 milhões de euros, mas na "Aquisições de bens e serviços" aos privados foi mais de 461,2 milhões de euros do orçamentado. É a prova da preferência do governo pelos privados (cerca de 230 milhões de euros foi pago a médicos prestadores de serviços que ganham à hora 3 a 4 vezes mais do que é pago aos médicos do SNS).

Entre março de 2024 e fevereiro de 2025, o número de médicos especialistas aumentou apenas em 194 (passou de 21 408 para 21 602, dados do Portal do SNS). A maioria destes médicos são aposentados que normalmente têm um horário de apenas 20 horas por semana (em 2023, eram 2358 médicos a part-time, ou seja, 20 horas/semana).

Também os pagamentos às "Parcerias Público Privadas (PPP) registaram um forte aumento (+38,1%).

Pelo contrário, **o investimento executado** em relação ao orçamentado sofreu um enorme corte em 2024, à semelhança do que aconteceu em anos anteriores. O Orçamento do SNS aprovado pela Assembleia da República estabelecia investimento num total de 774,2 milhões de euros, mas só foi executado 357,4 milhões de euros, **ficando por executar 416 milhões de euros (53,8%)**.

O enorme corte no investimento feito por Montenegro (416,8 milhões €), que contribuiu para a degradação profunda dos equipamentos e a incapacidade de retenção dos profissionais de saúde por falta de condições mínimas de trabalho.

Devido a tudo isto, em 2024, o SNS terminou o ano com um enorme saldo negativo de -13767,6 milhões de euros, ou seja, o estrangulamento financeiro do SNS aumentou com Montenegro e Ana Paula Martins.

O disparar da dívida do SNS a fornecedores privados

Dados do Portal SNS, mostra o disparar da divida com o governo de Montenegro: ver gráfico

Como consequência do corte enorme feito por Montenegro nas transferências do OE e receitas de capital do SNS aprovadas pela Assembleia da República, para funcionar o SNS teve que se endividar enormemente junto dos fornecedores privados (entre março e dezembro de 2024: + 303 milhões de euros). .

É uma política levada a cabo pelos governos, e agravada por Luís Montenegro, que visa degradar ainda mais a situação do SNS e aumentar as dificuldades no acesso a cuidados de saúde à população, para assim arranjar justificação para entrega de serviços e hospitais a privados com custos acrescidos para os contribuintes.

Palavras finais para reflexão dos leitores: O que é preciso perguntar a Montenegro e aos seus ministros?

- Por que razão os 913,4 milhões € aprovados pela Assembleia da República em 2024 não foram, afinal, transferidos para o SNS.
- Por que razão os 774,2 milhões euros de investimentos aprovados pela Assembleia da República para 2024, apenas 357,4 foram executados causando uma profunda degradação dos hospitais públicos e falta de condições de trabalho para os seus profissionais.
- Por que razão não são pagas remunerações dignas aos médicos e restantes profissionais de saúde que trabalham no SNS
- Por que razão são fechados serviços e urgências por falta de médicos e depois entrega-se serviços e hospitais a privados com elevados custos para os contribuintes.